

“O Plutarco Brasileiro” - A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado*

Armelle Enders

O declínio dos monarcas, mas sobretudo o fortalecimento das nações, estimulam na Europa do século XIX o gosto pelos grandes homens e o interesse por seu culto. O fenômeno não atinge apenas a França, onde, em 1768, a Academia torna o elogio do grande homem em gênero oratório de sucesso e, em 1791, a Revolução transforma a igreja de Sainte Geneviève no Panthéon, mas se dissemina também no Reino Unido. Thomas Carlyle pronuncia em Oxford, em 1840, uma série de conferências *On heroes, hero-worship, and the heroic in history*. Alguns anos depois, em 1856, a Câmara dos Lordes aprova o projeto de Lorde Stanhope e a criação de uma British Historical Portrait Gallery, em que são alinhados os grandes vultos britânicos de todos os tempos.

No Brasil, a tarefa de recensear e homenagear os grandes mortos cabe principalmente aos membros das instituições culturais e artísticas do Império. Encarregado de auxiliar o governo imperial na definição de um projeto nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recebe também a missão de selecionar no passado as figuras dignas de serem lembradas (Salgado Guimarães, 1989: 36). Essa preocupação biográfica está presente já no segundo número da

* Nota: Esta tradução é de Dora Rocha.

Revista do IHGB, que contém uma rubrica intitulada “Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes, etc...”.

Essa lista aberta (“etc...”) se inscreve em uma tradição clássica e universal. O “panteão de papel” brasileiro, erigido pela *Revista do IHGB* e pelos numerosos dicionários biográficos publicados durante o reinado de dom Pedro II, não é contudo a simples réplica de um monumento de estilo internacional. Conforma-se às leis gerais que orientam a história do Brasil, como sucessão de fatos e como narrativa, e que foram definidas por Martius em nome do IHGB.

O recenseamento dos grandes homens extrapola, além disso, o debate acadêmico. A administração da posteridade, por suas implicações sociais, produz o encontro da história com a memória, mistura os campos intelectuais e políticos. O objetivo deste artigo é estudar a correspondência entre uma sociedade política — a do Brasil no Segundo Reinado — e sua economia da glória.

O século XIX dos historiadores, dos grandes homens e dos heróis

Contrariamente a uma idéia bastante difundida, a disciplina histórica tal como é praticada na primeira metade do século XIX confere um lugar bastante limitado aos indivíduos e às suas biografias. Historiador e biógrafo dedicam-se a tarefas distintas. Por oposição aos historiógrafos dedicados à crônica das casas reinantes, os historiadores da época romântica pretendem escrever a história dos povos e de seu progresso e buscam leis de inteligibilidade no processo histórico. Com a exceção notável de François Guizot, chefe da “escola filosófica” e, nessa qualidade, próximo da inspiração do IHGB dos anos 1840, o papel do grande homem no desenrolar dos séculos é minorado pelos historiadores franceses lidos pelos brasileiros, em benefício de outros fatores explicativos (Jullian, 1979 [1896]: xxi).

Entre esses fatores, a teoria das “raças” pode ser vista em autores liberais como Augustin Thierry, que dessa maneira explica os antagonismos sociais na França (entre os francos vencedores e os gauleses vencidos), antes de ser reencontrada em Martius, que aliás não escreve uma só palavra a respeito dos grandes homens ou dos heróis em “Como se deve escrever a história do Brasil”. Nem Varnhagen nem Capistrano de Abreu tem sequer uma biografia histórica entre suas obras. Varnhagen é autor de numerosas notícias biográficas na *Revista do IHGB*, mas, para ele, assim como para a maioria dos historiadores brasileiros que se entregam a tal exercício, trata-se simplesmente de “esboços”, de “apontamentos”. Esse material biográfico deverá servir para colorir afrescos mais vastos, para ornar a *História geral* com alguns retratos.

A um punhado de indivíduos marcados pelo selo da exceção, o IHGB prefere a noção de homem ilustre, elaborada pelas academias iluministas. O “grande homem” das Luzes se opõe aos reis, aos santos e aos heróis (Ozouf, 1984; Bonnet, 1998). Além de dispor de uma imensa paleta de encarnações meritocráticas,¹ ele se distingue do herói singular pelo fato de pertencer a “uma república de talentos” (Mona Ozouf), a uma coletividade de cidadãos notáveis. Ele ilustra a excelência do homem comum, o “indivíduo amável”, sábio ou legislador *doublé* de pai de família realizado.

O elogio a José Bonifácio de Andrada e Silva, pronunciado em 1838 na Academia de Medicina por Emílio Joaquim da Silva Maia e publicado em 1846 na seção reservada às “Biografias de brasileiros ilustres” da *Revista do IHGB*, se inscreve na mais pura tradição acadêmica. José Bonifácio é de fato o grande homem perfeito, a expressão moderna do benfeitor da humanidade (pela ciência) e de sua pátria. Sofreu, como Sêneca, a desgraça e as dores do exílio e, “além de ser sábio, poeta e político, foi bom esposo, bom pai e bom amigo”.²

¹ Mona Ozouf cita os seis tipos de grande homem esboçados por Marat em seu diário: o filósofo, o legislador, o magistrado, o orador, o negociante, o guerreiro (Ozouf, 1984: 144).

² *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (daqui em diante *RIHGB*), t. 8, n. 1, 1846: 139.

O episódio revolucionário e napoleônico trouxe alguns retoques ao modelo internacional do “grande homem”. Bonaparte, ao acumular os papéis de chefe militar, sábio, legislador, mecenas, pai de família, misturou o herói à antiga, de destino meteórico, ao grande homem sereno devotado à sua gente. Thomas Carlyle utiliza indistintamente as palavras *heroe* e *great man*. Os historiadores brasileiros do Segundo Reinado são em geral fiéis à acepção acadêmica e dão preferência às categorias de “brasileiros ilustres” ou de “celebridades”.

A “galeria nacional”, novo gênero literário

As escolhas biográficas dos historiadores brasileiros conservam, do grande homem das Luzes, seu caráter coletivo. Os “brasileiros ilustres” são salvos do esquecimento sob a forma de dicionários. A seção da *Revista do IHGB* dedicada aos “Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes, etc...” não foge à regra. Entre 1839 e 1888, 118 personagens foram aí destacados. Embora a seção por vezes desapareça da revista, como entre 1852 e 1856, isso não impede que sejam publicados artigos biográficos ou necrológios minuciosos.

A redação da revista não se preocupa em apresentar considerações metodológicas para justificar a seção. Na primeira vez que ela aparece, é precedida de uma rápida justificativa que insiste no dever patriótico de preservar a memória das figuras que se tornaram ilustres. A inclusão de mulheres em 1841, e depois de índios, mestiços e negros (Araribóia e Domingos Caldas Barbosa em 1842) entre os brasileiros ilustres obriga a revista a esclarecer que todos aqueles que honraram a nação, qualquer que seja seu sexo ou cor da pele, têm direito de cidadania nessa “república de talentos”. Para figurar sob a rubrica, basta simplesmente ter-se tornado célebre.

As hesitações, traduzidas nas modificações que o título da seção sofre, dizem respeito à nacionalidade dos eleitos para a posteridade. Assim, a rubrica intitulada, no terceiro trimestre de

1850, “Biographias de brasileiros distintos ou de individuos illustres que serviram no Brasil, etc...”, é depois retificada para “Biographias de brasileiros distintos ou de individuos illustres que bem servissem o Brasil, etc...” (quarto trimestre de 1851), “Biographias de brasileiros distintos ou de individuos illustres que serviram no Brasil e ao Brasil” (primeiro trimestre de 1852), “Biographias de brasileiros distintos ou de pessoas eminentes que serviram no Brasil e ao Brasil”, até que por fim, no primeiro trimestre de 1856, a fórmula original é restabelecida.

Essas distinções servem para evitar resolver o problema de saber quem é brasileiro e quem não é, evidentemente insolúvel no período colonial. A constituição de uma galeria nacional que deita suas raízes no período anterior a 1822 postula a existência linear do Brasil a partir de sua saída do limbo em 1500. São portanto dignos de figurar na honorável lista aqueles que nasceram no Brasil mas se tornaram ilustres no exterior, como dom Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, reitor de Coimbra, ou aqueles que viram a luz fora do Brasil mas influíram em sua história. A questão atormenta, contudo, os membros do Instituto. Em 1854, o arcebispo da Bahia, dom Romualdo Antônio de Seixas, é encarregado pelo IHGB de provar que o padre Antônio Vieira nasceu realmente em Portugal, quando o que se queria era estabelecer que ele tinha vindo ao mundo no Brasil. O prelado concluiu suas pesquisas indicando que nenhum elemento podia pôr em dúvida o nascimento do padre Antônio Vieira em 6 de fevereiro de 1608 em Lisboa. “Resta só que, satisfeito o Brasil com a subida honra, ninguém lhe contesta, de haver creado em seu seio esse homem notável, e servido de amplíssissimo teatro de suas heroicas virtudes”.³

As notícias biográficas nem sempre são assinadas, mas os historiadores mais em evidência no Brasil imperial — Cunha Barbosa (1780-1846), Varnhagen (1816-1878), João Manuel Pereira da Silva (1817-1897), Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891) e Manuel

³ “Breve memória acerca da naturalidade do Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus, de que foi encarregado pelo IHGB o Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antônio de Seixas, membro honorário do mesmo Instituto, e de algumas sociedades nacionais e estrangeiras”, *RIHGB*, v. 19, n. 21, 1856: 25.

Duarte Moreira de Azevedo (1832-1903) — participam amplamente em sua elaboração. As biografias publicadas pelos membros do Instituto na *Revista do IHGB* ou em outras obras fogem em geral à hagiografia e às vezes apresentam reservas quanto ao caráter, a ação ou a obra da celebridade retratada. O papel do historiador — e isso é várias vezes lembrado — é o de desmistificar as tradições, populares ou aristocráticas. Caramuru e Amador Bueno pagam, assim, a conta dessa postura crítica e são despachados para o lado do mito e da mania genealógica das grandes famílias paulistas e baianas.⁴ Varnhagen ataca vivamente Alvarenga Peixoto, que, em seu segundo interrogatório, “não só confessou tudo, delatando os seus amigos, como até infelizmente se mostrou baixo e servil”. O historiador, consciente de sua missão, conclui: “Não seremos nós quem hoje o desculpe, quando semelhante desculpa poderia conduzir nada menos que a deitar no futuro novos exemplos de opróbrio, não de heroicidade e abnegação.”⁵

A seção dos “Brasileiros ilustres” não esgota toda a obra biográfica da *Revista do IHGB*, que publica também “esboços biográficos” ou “elogios” pronunciados por ocasião do falecimento de um membro do Instituto. Nos anos 1860, as notícias anteriormente publicadas em jornais da capital ou da província são mais numerosas que os trabalhos originais.

A *Revista do IHGB* não é o único espaço em que se exprime a veia biográfica dos historiadores brasileiros. Os mesmos autores publicam na imprensa necrológicos ou artigos biográficos. No meado do século XIX, surge além disso um gênero literário muito próximo da rubrica “Brasileiros ilustres”. Muitas vezes, aliás, ele é obra dos colaboradores da *Revista do IHGB* e obedece, a não ser por poucas variantes, aos mesmos princípios e à mesma inspiração. Em 1847, João Manuel Pereira da Silva, político e historiador, lança *O Plutarco brasileiro*, que é revisto e ampliado em 1868 sob o título *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*.

⁴ F. A. Varnhagen, “O Caramuru perante a história”, *RIHGB*, n. 10, 1848: 129-152; Moreira de Azevedo, “Amador Bueno. Memória lida em sessão do Instituto Histórico pelo sócio effectivo Dr. Moreira de Azevedo”, *RIHGB*, t. 50, v. 2, 1887: 1-10.

⁵ *RIHGB*, t. 29, 1866: 428.

O livro é criticado por seu título, julgado pretensioso, por suas lacunas e seus erros, mas inaugura uma série de publicações semelhantes.

Em 1861 são editados dois grandes in-fólios contendo as biografias e os retratos litografados dos contemporâneos (desde 1822) ilustres.⁶ Joaquim Norberto de Sousa Silva salva do esquecimento as *Brasileiras celebres* em 1862. Um *Diccionario biographico de brasileiros celebres* “nas letras, artes, política, filantropia, guerra, diplomacia, indústria, ciência e caridade desde o ano 1500 até nossos dias” é publicado por Laemmert em 1871. Joaquim Manuel de Macedo é encarregado, pela comissão que prepara a participação brasileira na Exposição de Filadélfia, de redigir um imponente *Ano biographico brasileiro*, uma espécie de calendário cívico perpétuo reunindo 365 personagens pertencentes à história do Brasil, ordenados de 1º de janeiro a 31 de dezembro. O *Pantheon fluminense* de Prezalindo Lery Santos data de 1880. Apesar do título, distingue-se dos anuários de celebridades provinciais, que também começam a florescer, na medida em que os personagens que o compõem são identificados como glórias nacionais. Algumas obras tratam apenas dos que já morreram, outras misturam contemporâneos em plena atividade e vultos do passado. Há mais semelhanças que dessemelhanças entre essas obras que se copiam umas às outras, buscam suas informações nas mesmas fontes⁷ e apresentam as mesmas listas de celebridades.

Não só esses livros se apresentam como catálogos, cujo princípio de classificação, afora a ordem alfabética, é raramente explícito, como têm os mesmos objetivos. Declaram lutar contra um defeito que é visto como um vício nacional — o esquecimento e a ingratidão dos contemporâneos. Parecem contudo constituir principalmente um *topos* acadêmico (Bonnet, 1998:

⁶ *Galeria dos brasileiros ilustres (os contemporâneos)*. Retratos dos homens mais ilustres do Brasil, na política, ciências e letras, desde a guerra da Independência até nossos dias. Copiados do natural e lithographados por S. A. Sisson, acompanhados de suas respectivas biographias publicadas sob a proteção de Sua Majestade o Imperador. 1861. Rio de Janeiro, s. ed. 2 vols.

⁷ A maioria dessas biografias coletivas cita como fontes: Damiano de Fróes, *Theatro heroico*; Barboza Machado, *Bibliotheca luzitana*; F. Denis, *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*; Balthazar da Silva Lisboa, *Notas biographicas, Annaes do Rio de Janeiro*; Joaquim Norberto de Sousa Silva, *Brasileiras celebres*.

104). Com suas notícias, os biógrafos quitam assim uma espécie de dívida que a sociedade brasileira contraiu com os grandes homens para em seguida fazer um trabalho pedagógico, tornando a história acessível ao grande público.

Uma educação nacional

Um crítico assim defende o modelo da biografia à Plutarco que João Manuel Pereira da Silva (ainda que sem paralelismo) quis adaptar ao Brasil: “Os costumes, os fatos históricos, a cronologia, as idéias morais e filosóficas da época, a influência dos homens celebres, tudo isso Plutarco estudou e soube; de sorte que quando lemos uma de suas *vidas*, parece que nos achamos no século que ele descreve, tão vivas são suas cores e tão perfeito o seu trabalho.”⁸ A biografia permite portanto uma reconstituição viva do passado, mas esta não é sua única missão pedagógica. É também sua missão difundir vidas exemplares.

O exemplo do grande homem deve ser contagioso, fazer surgir novos exemplos ou, ao menos, servir de guia moral ou cívico. Manoel de Araújo Porto Alegre, historiador do IHGB e diretor da Academia Imperial de Belas Artes de 1854 a 1857, vê no culto dos grandes homens da Pátria a difusão entre a juventude de um verdadeiro modelo social: “Quando os nossos legisladores decretarem um panteão, não digo um edifício sumptuoso, mas um lugar sagrado e decente, onde se recolham os restos mortais de nossos beneméritos, onde o paisano repouse a par do general, e que nesse lugar, em dia marcado, va o Imperador derramar flôres sobre essas sepulturas singelas, o brasileiro verá que o ouro não é a única recompensa da terra, e que acima dele está a pobreza de um José Bonifácio de Andrada, a de um visconde de Cayrú, de um São Leopoldo, de um Padre Caldas, de um franciscano, ou de um músico como José Maurício.”⁹

⁸ *Gazeta Oficial do Brazil*, 18/1/1847, citada por Pereira da Silva (1847: 219-220).

⁹ M. de Araújo Porto Alegre, “Iconographia brasileira”, *RIHGB*, n. 23, 1856: 351.

O livro de Joaquim Norberto de Sousa Silva, *Brasileiras celebres* (1862), visa também a juventude como categoria. O exemplo das grandes brasileiras deve edificar as moças de boa família. Seu formato de bolso incita a que se o leve consigo. O editor Garnier louva seu caráter apropriado a prêmios institucionais: “A presente edição é destinada ao povo e adaptada às escolas, aos mimos e aos prêmios que se oferecem às senhoras ou se distribuem nas aulas, caso mereça a aprovação das respectivas autoridades.” O editor anuncia igualmente o lançamento de uma obra para uso dos rapazes: “Os *Brasileiros celebres*, devidos a pena não menos ilustre do Sr. cônego Dr. J. B. Fernandes Pinheiro, digno 1º secretário do IHGB, formaram a segunda parte deste trabalho e completaram a galeria dos homens e mulheres celebres do Brasil.”¹⁰ Vários dos autores de obras biográficas, como Prezalindo Lery Santos ou Joaquim Manuel de Macedo, foram aliás professores, o último, de história, no Colégio Pedro II.

Educador da nação, até mesmo das famílias, o historiador-biógrafo torna-se também um justiceiro. A posteridade vem corrigir com sua sabedoria as cegueiras e paixões dos contemporâneos. Lúcia Maria Paschoal Guimarães mostrou que, entre os fundadores do IHGB, os simpatizantes e líderes do antigo Partido Restaurador tinham sido muito ativos (Paschoal Guimarães, 1995: 461). Os derrotados de abril de 1831 obtêm uma revanche póstuma ao virem alinhar-se entre os grandes homens da pátria. É o caso de dom Pedro I e seus seguidores, como o marquês de Paranaguá, que teve de esperar a maioria de dom Pedro II para reencontrar as alamedas do poder: todos eles entram na maioria das “galerias nacionais”.

Essas obras biográficas, quando tratam do período contemporâneo, parecem catálogos mundanos de personalidades falecidas. Os necrológios de notáveis são facilmente reciclados em biografias de homens ilustres, contanto que eles tenham sido fiéis servidores do Estado.

A memória dos grandes homens aparece no Brasil como um amplo empreendimento de reconciliação das elites nacionais. Ela se situa no extremo oposto das complicadas

¹⁰ Sousa Silva (1862, s. p.).

panteonizações e despanteonizações da França revolucionária, de uma gestão da glória que sublinhava feridas e divisões.

Uma breve tentativa de interpretação

Retomar e ilustrar com alguns exemplos a tipologia das “ciências, letras, virtudes, armas etc...” não esclarece muito sobre a função desempenhada pelos brasileiros cuja memória deve ser conservada. Outras categorias subjacentes parecem mais ricas em revelações sobre a história e a sociedade brasileiras tais como as concebem as elites imperiais.

Na historiografia do século XIX, os personagens têm como interesse principal simbolizar e resumir uma época. Nesse sentido, os “brasileiros ilustres” da época colonial cristalizam as diferentes fases do período. O século XVI, idade homérica da história do Brasil, encontra sua plena expressão na figura dos aliados tupis dos portugueses e dos conquistadores. A maioria traz no nome, quando não nas veias, o sinal do cruzamento entre dois povos guerreiros. Martim Afonso Araribóia, cujo nome “quer dizer em língua brasilica cobra feroz”,¹¹ Jerônimo de Albuquerque Maranhão, parente de Afonso de Albuquerque e neto do chefe Arco Verde,¹² e João Ramalho pertencem a essa categoria de ancestrais temíveis. Devem-se acrescentar a eles os sertanejos e bandeirantes dos séculos seguintes, ligados à mesma problemática. Assim, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, “tinha o valor de Achilles, e a astúcia de Ulisses”.¹³ A ambivalência desses personagens não os transforma em modelos, e sim confina-os em uma época passada. “Bueno da Silva, o *Anhanguera*, seria perverso algoz em nosso tempo de hoje, (...). Mas no século décimo sétimo Bueno da Silva fez em Goiás o que faria outro chefe sertanejo

¹¹ *RHGB*, t. 4, n. 14, jul. 1842: 209; Macedo, *Ano biographico*, I: 209.

¹² Macedo, *Ano biographico*, I: 181.

¹³ Macedo, *Ano biographico*, II: 295.

igual á ele em ousadia e bravura. (...) Perdõe a nova civilização a cruel violencia de Bueno da Silva.”¹⁴

A importância da guerra contra os holandeses na historiografia brasileira do século XIX foi sublinhada por muitos autores contemporâneos (Wehlig, 1992: 304). Nesse episódio, com efeito, convergem todos os ingredientes do romance nacional que se tenta escrever. É o primeiro a se prestar perfeitamente à leitura protonacional aplicada ao período anterior à independência. Contra o “invasor” estrangeiro, o sentimento comum da pátria mobiliza as “três raças” e as incita ao heroísmo. Essa moral é resumida pela primeira batalha dos Guararapes, em que se distinguiram as figuras de João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias. O quadro epônimo de Vítor Meireles, exibido em 1879 na Exposição Geral da Academia de Belas Artes, suscita uma chuva de críticas. Condena-se nele principalmente uma composição demasiado estática, imprópria para descrever a energia dos combates. Responde o pintor, que estudou a obra de Varnhagen sobre o tema e visitou ele próprio o local da ação em Pernambuco, que era exatamente essa a sua intenção: “Não tive em vista o fato da batalha no aspecto cruento e feroz propriamente dito. Para mim a batalha não foi isso, foi um encontro feliz, onde os heróis daquela época se viram todos reunidos.”¹⁵

José Fernandes Vieira é a primeira figura da guerra contra os holandeses a ser distinguida pela *Revista do IHGB* (em 1843). Sua estrela tende a empalidecer no fim do século, em razão da hostilidade de Varnhagen, em prol de André Vidal de Negreiros, promovido a essa galeria nacional em 1869, um tomo depois de Henrique Dias e ao mesmo tempo que Antônio Felipe Camarão.¹⁶ Os heróis-símbolos daquele momento capital da história protonacional valem essencialmente por sua atualidade. E é assim que Antônio Felipe Camarão, por força do

¹⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁵ Citado por Sampaio (1880: 243). Grifo meu.

¹⁶ *RIHGB*, t. 31, 1868: 365-383; *RIHGB*, t. 32, 1869: 329-342.

indianismo, se torna o principal beneficiado. Recebe várias vezes as homenagens da *Revista do IHGB* e numerosas notícias biográficas, assim como sua mulher, Clara Felipe Camarão, diante da qual se comove Joaquim Norberto de Sousa Silva,¹⁷ e seu sobrinho Diogo Camarão. O chefe potiguar é uma unanimidade. Os autores indianistas vêem nele a confirmação dos fundamentos de suas convicções. Os autores hostis ao culto da herança ameríndia, como Varnhagen, percebem nele a prova de que o bárbaro é corrigível: “Ao vê-lo tão bom cristão, e tão diferente de seus antepassados (...) deve abismar-nos a magia da educação que, ministrada embora à força, opera tais transformações, que de um bárbaro prejudicial à ordem social, pode conseguir um cidadão útil a si e à pátria.”¹⁸

A valorização da guerra contra os holandeses permite eludir a questão mais problemática da independência e de seus prolongamentos no Primeiro Reinado. Chama a atenção de Manoel Luís Salgado Guimarães e de Lúcia Maria Paschoal Guimarães a continuidade que os historiadores se esforçam para estabelecer entre o domínio português e o Brasil imperial, apagando todas as asperezas, os conflitos e os traumas que acabaram por levar à separação do Brasil (Salgado Guimarães, 1988, e Paschoal Guimarães, 1995). No entanto, a “galeria nacional” que os intelectuais brasileiros constróem no reinado de dom Pedro II de alguma maneira aponta o que distingue o brasileiro do português.

O preconceito racial é freqüentemente evocado como uma dessas marcas distintivas entre os dois povos. O cônego Januário da Cunha Barbosa, primeiro presidente do IHGB e sobrinho do poeta mestiço Domingos Caldas Barbosa, lembra que Manuel Inácio Alvarenga alcançou celebridade e honrarias “apesar do prejuízo que dominava a côrte portuguesa sobre o acidente da côr parda”.¹⁹ Domingos Caldas Barbosa, segundo Varnhagen, “tinha a consciência do pouco

¹⁷ *RIHGB*, n. 11, 1848: 387-391.

¹⁸ Varnhagen (1979: 106).

¹⁹ *RIHGB*, n. 11, 1841: 272.

valimento de sua cor num país onde era um mau preconceito”.²⁰ O *Pantheon fluminense* de Prezalindo Lery Santos faz justiça a Alexandre Dias de Resende, vítima da discriminação, em virtude da cor de sua pele, de um oficial português e da Irmandade de São Pedro, à qual, contudo, lega seus bens ao morrer em 1812.²¹

A Inquisição atrai contra si a maior parte das críticas ao colonialismo português e produz uma vítima nacional e original: Antônio José da Silva, homenageado em praticamente todas as coletâneas de biografias. Gonçalves de Magalhães lhe dedica em 1835 *Antônio José, ou o poeta e a Inquisição*, “a primeira tragédia escrita por um brasileiro e única de assunto nacional”.²² O papel-título é criado por João Caetano dos Santos, amigo dos historiadores e dos poetas. Como lembra Joaquim Manuel de Macedo, “nessa tragédia fraternisaram três glórias da pátria, Magalhães o autor, Antônio José o herói, João Caetano o artista dramático que entre mil aplausos desempenhou o papel da ilustre vítima da *maldita inquisição*”.²³

Varnhagen se encarrega de fazer passar do teatro à história o poeta dramático cristão-novo, nascido no Rio de Janeiro em 1705 e deportado com sua família para Lisboa pelo Santo Ofício em 1713.²⁴ A vida de Antônio José segue toda ela a trama da vida do grande homem das academias. Seu talento lhe vale o reconhecimento da Corte, o amor do público e o cognome de “Plauto brasileiro”. A Fortuna premia o homem privado com uma família feliz. Ele é no entanto perseguido por uma instituição cruel, é denunciado por uma criada de má vida e finalmente é queimado pela Inquisição em 16 de outubro de 1739. Antônio José nasceu no Brasil e aí passou a primeira infância, mas o cenário de seus sucessos e suas desgraças foi Portugal. O que o

²⁰ *RIHGB*, t. 14, 1851: 453.

²¹ Santos (1880: 197).

²² Gonçalves de Magalhães, citado por Bosi (s.d.: 108).

²³ Macedo, *Ano biographico*, II: 36.

²⁴ *RIHGB*, n. 5, 1847: 114-123.

transformou em “vulto nacional” foi sua dupla qualidade de vítima de uma instituição identificada com o obscurantismo colonial e de homem de letras.

Por essas duas razões, Antônio José da Silva prefigura de alguma forma os Inconfidentes que o IHGB selecionou para a posteridade. Joaquim José da Silva Xavier não é digno de entrar na honorável rubrica sob a qual, em compensação, têm lugar de honra Tomás Antônio Gonzaga, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Cláudio Manuel da Costa, agraciados cada um com várias notícias, adendos e retificações.²⁵ A análise da obra poética destes últimos ocupa um lugar talvez mais importante que sua participação na Inconfidência Mineira. Tomás Gonzaga inspira literatos como Antônio Ferreira de Sousa, que o coloca no centro de seu romance, *Gonzaga ou a conjuração de Tiradentes* (1848), e Castro Alves, que o põe em cena em 1866 em *Gonzaga ou a revolução de Minas* (Carvalho, 1990: 60).

Contra toda expectativa, é Cláudio Manuel da Costa quem se impõe como a figura tutelar da Inconfidência no seio do IHGB. O centenário de sua morte, em 4 de julho de 1889, enseja comemorações desusadas para uma academia que em geral reserva suas demonstrações à família imperial. Os membros do IHGB e seu imperial protetor celebram com um luxo de símbolos, bandeiras e mármore aquele a que “a Arcadia de Roma chamou ‘Glauceste Saturnio’, os posteros deram a qualificação de ‘Metastásio brasileiro’ e o destino tornou o primeiro mártir precursor da liberdade nacional, pondo-lhe nos lábios o lema: *aut libertas aut nihil!* que é o nosso brado: Independência ou Morte!”.²⁶ As revelações comprometedoras de Cláudio Manuel da Costa quando de seus interrogatórios e sobretudo seu suicídio na prisão até então haviam deixado seus biógrafos embaraçados.

Era difícil admitir para o poeta aquilo que a Igreja e a sociedade condenavam vivamente. Seu suicídio foi atribuído aos maus tratos na prisão, à debilidade de sua idade avançada, ou

²⁵ *RIHGB*, n. 11, 1841; *RIHGB*, t. 12, 1849: 120-136, 400-412, 529-549.

²⁶ *RIHGB*, t. 53, 1890: 7.

interpretado como um assassinato disfarçado. Joaquim Norberto de Sousa Silva, presidente do IHGB e autor de um estudo sobre a Inconfidência que provocou violentas polêmicas, tenta tomar o episódio das mãos dos republicanos e devolvê-lo ao regime imperial. Para tanto, a alocução que pronuncia na cerimônia transforma o suicídio de Cláudio Manuel da Costa num ato político na melhor tradição romana. O suicídio não está menos presente na expressiva decoração da sala, em que são representados um escorpião (o suicídio) e palmas (o martírio) amarradas por uma faixa que evoca a corda fatal ao poeta e exibe a divisa “*aut libertas aut nihil*”, esboço evidente do grito do Ipiranga.²⁷ Segundo Joaquim Norberto de Sousa Silva, o lugar do poeta no martirológico nacional, “não lhe rouba ninguém, não lhe pode ser disputado ante á cronologia dos fatos. A posteridade é a justiça da história que julga em última instância, e essa o sagra como o nosso protomártir”.²⁸ Ninguém pode certamente contestar que o dia 4 de julho de 1789 precedeu o dia 21 de abril de 1792...

O segundo orador, Alfredo d’Escagnolle Taunay, confirma o martírio de Cláudio Manuel, mas coroa também Tiradentes, a quem apostrofa exprimindo tudo o que separava o alferes dos outros conjurados: “Não tinhas, como os outros, letras; não discreteavas com os livros; não fazias versos; não cursaras escolas e universidades.”²⁹

Poetas e padres

Na busca de “brasileiros ilustres”, a atividade literária é de fato primordial. É de crer que os intelectuais do Império tenham feito suas as conferências de Carlyle sobre *The hero as a man*

²⁷ *RIHGB*, t. 53, 1890: 14.

²⁸ *RIHGB*, t. 53, 1890: 21.

²⁹ *RIHGB*, t. 53, 1890: 29.

of letters, em que o historiador escocês fazia do Poeta a voz das nações,³⁰ ou, simplesmente, alguém cujas idéias se confundiam com o espírito da época. José Basílio da Gama inaugura em 1839 a rubrica “Brasileiros ilustres” na *Revista do IHGB*,³¹ e José de Santa Rita Durão é com frequência mencionado como uma referência da história nacional.

A perseguição da Coroa portuguesa às sociedades culturais e literárias brasileiras é um tema várias vezes abordado pelos historiadores. Sem dúvida é na língua que se deve ir buscar as primícias da nacionalidade. É esse o sentido da vida e obra de Alvarenga Peixoto, segundo Januário da Cunha Barbosa: “Compos ele seus *Rondós*, cantando assim as nossas árvores, frutos, flores, montanhas, rios e florestas. (...) a dependência colonial fazia a das letras. Nem os *Rondós*, nem os *Madrigais*, nem outras composições de Manuel Inácio, eminentemente brasileiras, tiveram em seus dias a voga que então mereceram outras poesias suas adubadas com as figuras e donaires da poesia portuguesa. O Tejo e o Mondego eram mais aplaudidos nos versos do que o Amazonas e o Prata; o louro e o myrto muito mais do que a mangueira e o cajuzeiro.”³²

O grande contingente de padres presente nas diferentes “galerias nacionais” se explica por várias razões. Dos 118 “brasileiros ilustres” da *Revista do IHGB*, 36 são religiosos. Muitas vezes eles adquirem notoriedade em outro domínio que não o sagrado: a caridade (como os médicos), as ciências (frei da Conceição Veloso), as letras, a catequese dos índios... O catolicismo é também o elo essencial que liga o passado, o presente e o futuro do Brasil. As figuras de frei Henrique, dos padres Nóbrega e Anchieta debruçaram-se sobre o berço da nação e fizeram o sinal da cruz sobre o seu destino.

O padre é também um avatar do heroísmo na curta tipologia de Carlyle. A poesia, a prosa e a eloquência sacras são igualmente um domínio de excelência prezado pelos historiadores do

³⁰ O primeiro retrato da British Historical Portrait Gallery é o de Shakespeare. Carlyle não é particularmente citado pelos autores de biografias do Brasil imperial.

³¹ *RIHGB*, n. 2, 1839: 117-119.

³² *RIHGB*, n. 11, 1841: 276.

Império. “O padre que ora no berço de uma nacionalidade e o poeta que canta no meio da glória, ou da catástrofe, são as duas balizas de uma literatura, são os dois limites de uma civilização”, declara Manoel de Araújo Porto Alegre na sessão de aniversário do IHGB em 1852.³³ Entre os contemporâneos, os expoentes do púlpito, os Bossuet do Novo Mundo, fornecem além disso vultos que correm menos que os outros o risco de serem maculados por polêmicas seculares. A posteridade os acolhe serenamente do momento em que exalam seu último suspiro.

A notícia dedicada a frei Francisco de Mont’Alverne no *Ano biographico* sintetiza todos os temas que fazem dos eclesiásticos os pilares do panteão nacional. Mont’Alverne, mestre de Gonçalves de Magalhães e de muitos outros, é o continuador de uma corrente que parte de Nóbrega e Anchieta, passa por Eusébio de Matos e frei Antônio de Santa Maria, para chegar à geração nascida na segunda metade do século XVIII, que figura em todos os dicionários e obras sobre os brasileiros célebres: Antônio Pereira de Sousa Caldas, frei Francisco de São Carlos, frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio.³⁴

Grandes homens no feminino

O *corpus* de biografias de brasileiras célebres é menor que o dos homens e ainda mais repetitivo. Como os padres, as celebridades femininas são ordenadas segundo o repertório clássico e masculino da celebridade. Praticamente não existe campo, com exceção das ciências, em que as mulheres não se tenham tornado ilustres. As duas primeiras brasileiras a entrar na galeria do IHGB, dona Maria Úrsula de Abreu Lancastre e dona Rosa Maria de Siqueira, distinguiram-se por sua coragem guerreira.³⁵ Uma se disfarçou de homem e guerreou com os

³³ *RIHGB*, 1852: 522.

³⁴ Macedo, *Ano biographico*, III: 489-492.

³⁵ *RIHGB*, n. 10, 1841: 249-353.

portugueses na Índia no século XVI. A outra ia para Lisboa em 1713 quando seu navio foi abordado por piratas berberes. Sua coragem animou a resistência dos cristãos, que conseguiram derrotar os agressores.

As brasileiras célebres provam que, finalmente, existiram amazonas no Brasil. Essas guerreiras pegaram em armas contra os holandeses em Tejucupapo. Em memória “da coragem que patentearam naquela localidade as senhoras brasileiras”,³⁶ dom Pedro II Porto Calvo, onde a mulher de Felipe Camarão arrastou suas companheiras à batalha. As lutas da independência na Bahia confirmam a bravura feminina quando o destino da pátria está em jogo. Assim, Maria Quitéria transgride todas as interdições impostas a seu sexo para ajudar, de armas na mão, a rechaçar os portugueses. O sangue inocente de madre Joana Angélica santifica o combate pela liberdade brasileira contra o “sorriso satânico” do general Madeira.³⁷

As mulheres são indissociáveis do tema da “mãe-pátria”. É por intermédio delas, acredita-se, que o amor à terra natal é transmitido. O sentimento nacional não poderia ser apanágio de nenhuma outra categoria da população. Somente ele, junto com a fé em Cristo, tem o poder de transcender a divisão sexual (e social) de tarefas e de legitimar as donzelas e as matronas guerreiras. O caso de Maria Úrsula de Abreu Lancastre aparece assim como uma curiosidade perturbadora. Joaquim Norberto de Sousa Silva levanta a hipótese de desilusões sentimentais para explicar sua longa carreira sob um uniforme masculino em Goa.³⁸

As mulheres, da mesma forma que os homens, fornecem poetas e religiosas. Deve-se conceder um lugar especial a Damiana da Cunha, “mulher missionária”, filha de um cacique caiapó convertido ao catolicismo, que transformou pela doçura tribos inteiras de índios bravos em índios mansos na primeira metade do século XIX.

³⁶ Sousa Silva (1862: 86).

³⁷ Sousa Silva (1862: 202).

³⁸ Sousa Silva (1862: 97).

As mulheres às vezes se tornam célebres porque são casadas com um brasileiro ilustre, como Catarina Álvares, mulher do Caramuru, ou dona Bárbara Heliodora, que se mostrou tão digna quando da prisão de Alvarenga Peixoto, seu marido.³⁹ Estella Sezefreda (1810-1847) teria escapado do esquecimento se não tivesse sido a parceira favorita de João Caetano dos Santos, tanto na vida quanto no palco? Estella Sezefreda dos Santos criou os principais papéis do balbuciente teatro nacional e, segundo Joaquim Manuel de Macedo, atingiu o ápice de sua arte representando em 1863 “a velha idiota” dos *Mistérios de Paris*.⁴⁰

O amor conjugal é de fato tido como uma forma de excelência especificamente feminina. Assim, os biógrafos insistem especialmente em lembrar Maria Bárbara, dama de Belém que preferiu a morte à violação. Não se sabe porém grande coisa sobre esse episódio longínquo, nem sobre seus protagonistas, conhecidos na capital imperial por um poema de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha. A “Lucrecia do Pará” (Joaquim Manuel de Macedo), “desconhecida esposa de ignorado soldado” (Joaquim Norberto de Sousa Silva), é de tal forma essencial como *paragon* de virtude feminina que merece que se tomem algumas liberdades com o rigor histórico. Joaquim Norberto de Sousa Silva, que se dirige a jovens leitoras, não deixa de exclamar, ou de formular o seguinte voto: “Quantas mulheres, ávidas da palma do martírio, não invejariam a sua sorte!”⁴¹

Dois heróis sem caráter

Alguns personagens parecem ter entrado de maneira forçada ou por confusão na família dos “homens ilustres” que serviram ao Brasil. Pedro Álvares Cabral, que foi “apenas onze dias brasileiro”,⁴² chegou ao Brasil provavelmente por acaso, precedido talvez por Pinzón e Vesúcio,

³⁹ Sousa Silva (1862: 187).

⁴⁰ Macedo, *Ano biographico*, p. 367.

⁴¹ Sousa Silva (1862: 65).

⁴² Macedo, *Ano biographico*, II: 505.

deu-lhe por engano o nome de Ilha de Vera Cruz e foi embora. É, aliás, mantido ao largo das “biografias dos brasileiros ilustres” da *Revista do IHGB*. É eclipsado por Cristóvão Colombo, que suscita uma avalanche de poemas, dramas e estudos em sua honra no Brasil do século XIX. Em 1890 João Severiano da Fonseca chega mesmo a propor a seus colegas do Instituto lançar uma subscrição junto aos governos da América do Sul para erguer uma colossal estátua do navegador genovês no topo do Pão de Açúcar.⁴³ A sugestão não ultrapassará o estágio de projeto, por falta de financiamento, mas confirma o caráter subalterno do capitão português.

Cabral praticamente não tem, em si mesmo, mais sentido do que o de um marco de posse. Para significar, precisa ser justaposto a seus dois companheiros, frei Henrique e Pero Vaz de Caminha. É assim que é representado no monumento esculpido por Rodolfo Bernardelli, inaugurado em 3 de maio de 1900. O projeto do escultor, influenciado por Ernesto Cybrão (Wanderley, 1998: 109), não previa uma simples estátua de Pedro Álvares Cabral, mas uma alegoria da história do Brasil que punha em cena, através desses três personagens, “as armas, as letras e a cruz, os três agentes civilizadores do tempo, em frentes e em peitos de heróis” (ibidem).

José Murilo de Carvalho mostrou a invenção de Tiradentes pelos liberais e republicanos (Carvalho, 1990: 55-73). De fato, o alferes ocupa na historiografia imperial um lugar muito secundário, condescendente, quando não crítico. Joaquim José da Silva Xavier não é objeto de nenhuma biografia específica na *Revista do IHGB*. Quando é evocado, é na qualidade de comparsa, de coadjuvante desajeitado que precipitou a queda dos nobres sonhadores que eram os Inconfidentes. O primeiro estudo sobre a Conjuração Mineira, obra de Joaquim Norberto de Sousa Silva, sócio efetivo do IHGB antes de se tornar seu presidente, confirma e “oficializa” em 1873 a desqualificação do plebeu Tiradentes na corrida pelo título de “herói”. O juízo de Joaquim Manuel de Macedo resume bastante bem a posição média dos autores monarquistas: “O

⁴³ *RIHGB*, t. 53, 1890: 567.

Tiradentes com todos os defeitos de suas qualidades levava a franqueza até a leviandade, a valentia e a coragem até a imprudência, e a presunção vaidosa, e no seu entusiasmo comprometia a si e aos outros com expansões inconvenientes. Homem tal não podia ser cabeça, devia apenas ser braço, não podia ser, nem foi, chefe, nem teve a confiança plena dos chefes, foi somente instrumento, agente da conspiração. O Tiradentes ressentia até dos chefes, que não se abriram com ele sem reservas, e que não o chamavam para suas conferências.”⁴⁴

A batalha em torno da figura de Tiradentes sublinha a ambigüidade da tarefa biográfica a que se devotam os autores ligados ao IHGB. Participando ao mesmo tempo da história e da memória, seus trabalhos tendem a ultrapassar a esfera acadêmica para alcançar o espaço público.

O Imperador, esse herói

Em um artigo clássico, publicado pela primeira vez em 1978, Maurice Agulhon se indagava sobre as razões e os ritmos da invasão, no século XIX, das ruas e praças das cidades da França por todo tipo de estátuas, invasão essa que os espíritos sarcásticos da época logo qualificaram de “estatuomania”. O historiador francês mostra como essa prática, difundida pelos herdeiros da Revolução Francesa, se impõe paralelamente ao êxito de uma moral leiga e liberal, tende a se enfraquecer sob os regimes reacionários (como a Restauração) ou conservadores (como o Segundo Império), e a florescer sob os governos liberais (como Monarquia de Julho). É entre 1870 e 1914, na fase triunfante da III República, que ela atinge seu apogeu (Agulhon, 1988). À medida que se difunde e se banaliza, a mania de erguer estátuas de grandes homens perde seu conteúdo político e torna-se cada vez mais consensual.

No Brasil imperial, não se poderia ver uma “estatuomania” antes dos últimos anos do regime, e mesmo então o termo parece bastante excessivo. Alguns projetos aparecem nos anos

⁴⁴ Macedo, *Ano biographico*, I: 499.

1880, no momento em que positivistas e republicanos constroem um panteão alternativo, mas só sairão do papel na Primeira República. A pedagogia cívica por intermédio do exemplo, a que aspira a evocação dos grandes homens, praticamente não dispõe dos meios que lhe teriam permitido penetrar mais amplamente na sociedade brasileira.

Além disso, a colocação de estátuas no espaço público está ligada à modificação do cenário urbano decorrente das transformações que afetam as cidades européias na segunda metade do século XIX. Ora, o Rio de Janeiro conhece mais projetos do que realizações durante o Império. Enfim, o custo dos monumentos de metal é ainda mais alto na medida em que as estátuas brasileiras são fundidas na Europa.

Para os autores de biografias ligados ao IHGB, o fato de consignar alguns dados sobre um nome glorioso do passado e de salvá-lo do esquecimento é em si uma homenagem. Nesse campo, a “casa da memória nacional” cultiva mais sua própria memória que a da Nação, e isso durante cerimônias que mais evocam as civilidades aristocráticas do século XVIII do que as multidões do fim do século XIX. A inauguração em 1848 dos bustos do cônego Januário da Cunha Barbosa e do marechal Raimundo José da Cunha Mattos, fundadores do Instituto Histórico, cingidos na ocasião de coroas de pau-brasil, ou o centenário de Cláudio Manuel da Costa em 1889 pertencem a um tipo de festividade acadêmica, à uma república ideal, elitista e fechada.

A sugestão, organização e participação do IHGB em comemorações públicas reduz-se a uma curta lista durante o reinado de dom Pedro II. Em seu prefácio às *Brasileiras celebres*, Joaquim Norberto de Sousa Silva anuncia que o Brasil terá em breve “seus monumentos históricos como as estátuas equestres de seus imperadores, como a coluna gigantesca de sua independência, como a cruz colossal do seu descobrimento, como os bustos marmóreos de suas celebridades”.⁴⁵ Todo esse programa foi objeto de propostas emanadas do IHGB, por vezes do próprio Joaquim Norberto de Sousa Silva (Paschoal Guimarães, 1995: 542). Constata-se porém

⁴⁵ Sousa Silva (1862: 1).

que os monarcas têm direito a estátuas, e as “celebridades” a simples bustos, sem dúvida mais apropriados às instituições onde se destacaram do que às praças públicas. Alguns desses monumentos foram erigidos após peripécias sinuosas, como as estátuas de dom Pedro I e de José Bonifácio.

A história da estátua do primeiro imperador do Brasil mostra o quanto a ética monárquica e tradicional ainda é mais forte que a nova pedagogia dos grandes homens no Brasil da década de 1860. Lembra o tempo em que os soberanos eram os únicos a serem representados nas praça públicas. A estátua eqüestre é o monumento real por excelência (Jourdan, 1988: 88). Louis Rochet, o escultor francês contratado para ajudar João Maximiliano Mafra a fazer a estátua de dom Pedro I, vangloria-se perante as autoridades brasileiras de ter conhecido todos os monumentos eqüestres da Europa, cuja referência principal é o de Pedro o Grande em São Petersburgo, encomendado por Catarina II a Falconet e concluído em 1774 (Galvão, 1968: 58). No caso de dom Pedro I, a estátua eqüestre é tão simbólica quanto narrativa, já que se refere precisamente ao momento do grito do Ipiranga, já imortalizado pelo pintor François Moreaux em 1844.

A idéia de oferecer um monumento ao primeiro imperador remontava a 1824, tinha sido defendida pela municipalidade do Rio de Janeiro e fora enterrada com a abdicação de dom Pedro (Azevedo, 1969 [1877], v. 2: 13). Vários de seus defensores, como Manoel de Araújo Porto Alegre em 1838, ou José Clemente Pereira em 1844, em vão relançam idéia. Outras propostas fracassam igualmente diante do Senado da Câmara Municipal. Em 1854, um grupo de historiadores do IHGB liderado por Joaquim Norberto de Sousa Silva e Manoel de Araújo Porto Alegre, associado a alguns membros da municipalidade, consegue fazer triunfar a moção apresentada por Roberto Jorge Haddock Lobo na sessão extraordinária da Câmara Municipal de 7 de setembro (ibidem, p. 15-17). O texto prevê a construção de uma estátua de dom Pedro I na praça da Constituição graças a uma subscrição nacional. Uma comissão de nove membros,

encarregada de supervisionar a execução dos trabalhos, desde o concurso até a inauguração, e presidida por Eusébio de Queiroz, é igualmente nomeada. Essa moção constitui o ponto de partida de uma longa festa dinástica, em grande parte orquestrada por Manoel Araújo Porto Alegre, então diretor da Academia Imperial de Belas Artes.

Manoel Araújo Porto Alegre impõe sua marca a cada uma das etapas do projeto, desde a campanha, que resulta na moção de 7 de setembro de 1854, até a cerimônia de 30 de março de 1862, quando o é descerrado o grupo esculpido por Mafra e Rochet (Galvão, 1968: 36). O contrato inicial estipulava que sobre o pedestal deveriam figurar “todos os cidadãos que com o excelso Príncipe colaboraram efetiva e proeminentemente para a independência política do Império” e que cabia ao IHGB preparar a lista de seus nomes (Azevedo, 1969 [1877], v. 2: 16). Por intervenção de Manoel Araújo Porto Alegre, os heróis da independência desapareceram para dar lugar a quatro grupos alegóricos de índios e animais representando os rios Amazonas, Paraná, São Francisco e Madeira.

Essa modificação muda evidentemente o sentido do monumento, concentrando-o em torno do único personagem que é dom Pedro I: o monarca é fixado para a eternidade no momento em que proclama o nascimento do Brasil e garante sua unidade (ibidem, p. 18). Ele representa perfeitamente a ideologia triunfante desde a Maioridade, que é perfeitamente transmitida pelo IHGB, a de uma monarquia criadora e unificadora da nação. Como acontece com a maioria dos monumentos do gênero, a significação não é apenas comemorativa, mas também memorativa. A eternidade do bronze, mais que lembrar os altos feitos do passado, vela sobre o presente. Resta garantir a adesão dos súditos a esse memento político.

Em 1º de janeiro de 1862, o lançamento da pedra inaugural é precedido da execução do Hino Nacional e permite ao público, contanto que esteja decentemente vestido, descobrir a obra de Mafra e Rochet, posta sob uma tenda. Uma caixa de cedro contendo moedas com a efígie dos dois imperadores, o Hino da Independência composto por dom Pedro I, a decisão da Câmara

Municipal e os jornais do dia é depositada no lugar do pedestal, pelas mãos de dom Pedro II, do marquês de Caxias, condestável do Império, do presidente do Conselho de Ministros (Eusébio de Queiroz) e do presidente da Câmara Municipal (ibidem, p. 23). Os cariocas são informados do avanço dos trabalhos, como a instalação da estátua em seu pedestal, pela queima de fogos de artifício, enquanto se preparam os fastos da inauguração, que ocorre finalmente em 30 de março.

Para essa grandiosa circunstância, a praça da Constituição foi enfeitada com construções efêmeras e simbólicas. Um templo dórico coroado por uma alegoria da Religião faz *pendant* com um arco do triunfo. Um gigantesco quiosque abriga os 242 músicos e 653 componentes do coro que interpretam o Te Deum de Neukomm sob a batuta do maestro Francisco Manoel. Os hinos, as salvas de artilharia, as coroas de flores, os discursos e as luzes fazem desse dia um momento inesquecível. O primeiro aniversário da estátua dá lugar a novas festividades em 1863.

A multidão é convidada a participar da festa decorando as casas e as ruas. Ela também é instruída pela distribuição de livretos e de panfletos que acabam de heroizar dom Pedro I, libertador e legislador dos dois mundos, e de difundir a versão oficial da Independência. Esse período, tão difícil de tratar para os historiadores do IHGB (Paschoal Guimarães, 1995: 519), de agora em diante fica livre das polêmicas injustas para aparecer em toda a sua clareza. Dom Pedro I é da raça dos libertadores, dos Washington e dos Bolívar, mas também dos filósofos humanistas que antes preferem abdicar a ver correr sangue quando ruge a procela das revoluções. Um fascículo-lembrança editado em francês pelos irmãos Laemmert imagina que em breve “não muito longe deste glorioso monumento elevar-se-á um outro não menos sublime. Um dirá aos séculos por vir que Pedro I fundou o Império de Santa Cruz; o outro, que Pedro II o fortaleceu com sua sabedoria e suas virtudes”.⁴⁶

A reabilitação tonitruante do fundador da dinastia imperial não foi feita sem resistência. A estátua de dom Pedro I foi um maná para os caricaturistas e tornou-se uma espécie de metáfora

⁴⁶ “La statue de l’empereur dom Pedro I par L. A. Burgain et offert par l’auteur et les éditeurs à la nation brésilienne”, Rio de Janeiro, distribuição gratuita dos editores Eduardo & Henrique Laemmert, 1862, p. 30.

do regime imperial no traço de Angelo Agostini (Herstal, 1972). Ela provocou além disso a mais viva polêmica histórica até então travada no Brasil. A operação política da estátua equestre de dom Pedro I não tinha escapado aos liberais. A escolha da praça da Constituição, no suposto local do suplício de Tiradentes, foi percebida como uma provocação sacrílega (Carvalho, 1990: 60-61). Tiradentes e dom Pedro I encarnaram durante muito tempo duas memórias e duas filosofias políticas antagônicas, antes de serem colocados, ecumenicamente, cada um em um nicho do calendário cívico.

Dez anos depois, dom Pedro II descerrava, no largo de São Francisco, em uma cerimônia muito mais sóbria que a de 1862, a estátua de José Bonifácio, que tinha sido tão controvertido quanto dom Pedro I. O grande homem representado de pé mantinha-se a uma distância respeitosa do herói a cavalo e reforçava a mensagem. O Império entrava na era de uma muito prudente “estatuomania”, que se tinha começado a esboçar com a Guerra do Paraguai.

O conflito fornecia batalhões de glórias militares, de mortes prematuras e trágicas, de mártires para a pátria e para o imperador que convinha homenagear. Maurice Agulhon observa que, em toda parte, os soldados foram os primeiros a ser representados em estátuas na praça pública, porque ofereciam menos motivo para controvérsia do que os políticos e apareciam como os primeiros servidores da nação (Agulhon, 1988: 159-160). A Guerra do Paraguai motiva várias encomendas oficiais a fim de fixar para a posteridade os grandes momentos do Exército e da Marinha imperiais, associando-lhes alguns semblantes. A Exposição Geral de 1872 vê assim se defrontarem dois pintores em torno de um único tema. *A Batalha de Campo Grande* de Pedro Américo evoca “a bravura do general [o conde d’Eu], a dedicação do soldado brasileiro [o capitão Almeida Castro], e o momento em que se torna decisiva a nossa vitória”(Catálogo, 1872: 22). A tela de Vítor Meireles, *Combate naval de Riachuelo*, tem como ator principal o futuro almirante Barroso, que, “imponente sobre o passadiço do imortal *Amazonas* brada — Viva o

Imperador e a Nação brasileira!”, grito repetido por toda a frota (Catálogo, 1872: 29). Nos dois casos, as vitórias e os quadros celebram a união da família imperial e da pátria.

Na mesma perspectiva, o IHGB toma a iniciativa de organizar subscrições para erguer monumentos equestres a Caxias e a Osório (Paschoal Guimarães, 1995: 543), recém-falecidos. Dom Pedro II, fato raríssimo, assistiu aos funerais do duque de Caxias, manifestação que o protocolo reservava aos membros da família imperial. Rodolfo Bernardelli é encarregado da execução da estátua do general Osório em 1887. Cabe contudo à República inaugurar esse monumento em 1894, e o dedicado a Caxias cinco anos depois.

Os vultos nacionais recolhem apenas as migalhas do culto dinástico no reinado de dom Pedro II. O pai, fundador do Império, é um herói; o filho, pacificador e amigo dos sábios, enverga, sobretudo depois de 1870, as vestes comuns do grande homem (Schwarcz, 1998: 127). A seus pés, há um lugar para José Bonifácio e Caxias, que completam a lição política e merecem demonstrações cívicas.

Quanto às centenas de “celebridades” recenseadas pelos autores de notícias biográficas, elas são o fruto da sociedade política do reinado de dom Pedro II. Mais que uma “galeria nacional”, é uma galeria de espelhos que os polígrafos do IHGB elaboram. Servidores e dignitários do Império, originários em sua maioria das províncias do Sudeste, eles vêm mirar-se nela e inscrever sua ação nessa genealogia fictícia. Boa parte deles se confunde com os sócios do IHGB. De uma certa maneira, esse microcosmo “faz” a história nos dois sentidos do termo. Contempla, nos vultos passados, os papéis que atribui a si mesmo no presente: os de “alavancas da civilização” e de “colunas sustentadoras do trono”, versão imperial da ordem e do progresso republicanos.

Referências bibliográficas

AGULHON, Maurice. 1988. “La statuomanie et l’histoire”, in *Historie vagabonde I* Paris, Gallimard. p.137-185.

AZEVEDO, M. D. Moreira. 1969 [1877]. *O Rio de Janeiro. Sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Brasiliana.

BONNET, Jean-Claude. 1998. *Naissance du Panthéon. Essai sur le culte des grands hommes*. Paris, Fayard.

BOSI, Alfredo. s.d. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix.

CARVALHO, José Murilo de. 1990. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras.

CATÁLOGO das obras expostas no Palácio da Academia Imperial de Belas Artes. 1872. Rio de Janeiro, Typ. Nacional.

GALVÃO, Alfredo. 1968. “A estátua equestre de D. Pedro I”, *Arquivos da Escola de Belas Artes*. Rio de Janeiro, n. 14, p.53-66.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. 1995. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, ano156, n. 338.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. 1988. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1.

_____. 1989. “A *Revista do IHGB* e os temas de sua historiografia (1839-1857). Fazendo a história nacional”, in ORIGENS do IHGB. Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro, IHGB. p.21-41.

HERSTAL, Stanislaw. 1972. *Dom Pedro. Estudo iconográfico*, São Paulo-Lisboa. 3 vol.

JOURDAN, Annie. 1998. *Napoléon héros, imperator, mécène*. Paris, Aubier.

JULLIAN, Camille. 1979 [1896]. *Notes sur l’histoire de France au XIXe siècle*. Paris-Genève, Ressources.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Ano biographico brasileiro*, I, II e III. Rio de Janeiro.

OZOUF, Mona. 1984. “Le Pantheón, l’École Normale des morts”, in NORA, Pierre (ed.). *Les lieux de mémoire*, t.1, *La République*. Paris, Gallimard. p.139-166.

REVISTA do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. 1839-1890.

SAMPAIO, João Zeferino Rangel de. 1880. *O quadro da batalha dos Guararapes, seu autor e seus críticos*. Rio de Janeiro, Typ. Serafim José Alves.

SANTOS, Prezalindo Lery. 1880. *O Pantheon fluminense. Esboços biographicos*. Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger & Filhos.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1998. “O olho do rei. As construções iconográficas e simbólicas em torno de um monarca tropical: o Imperador D. Pedro II”, in FELDMAN-BIANCO, Bela, e LEITE, Míriam L. Moreira (orgs.). *Desafios de imagens. Fotografias, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. São Paulo, Papyrus. p.113-140.

SILVA, João Manuel Pereira da. 1847. *O Plutarco brasileiro*. Rio de Janeiro, Laemmert.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. 1862. *Brasileiras celebres*. Rio de Janeiro.

_____. 1873. *História da Conjuração Mineira*. Rio de Janeiro.

VARNHAGEN, F. A. 1979. *História geral do Brasil*, in *Varnhagen: história*, org. de Nilo Odália. São Paulo, Ática.

WANDERLEY, Marcelo da Rocha. 1998. “Jubileu nacional: a comemoração do quadricentenário do Descobrimento do Brasil e a refundação da identidade nacional (1900)”. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, dissertação de mestrado.

WEHLIG, Arno. 1992. “De Varnhagen a Capistrano. Historicismo e cientificismo na construção do conhecimento histórico”. Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, tese apresentada ao concurso para professor titular de metodologia da história do Departamento de História.

(Recebido para publicação em outubro de 1999)